

Apenas 3% de áreas terrestres e marinhas em Portugal estão protegidas

12 de Janeiro, 2023

Portugal tem o pior desempenho na Gestão de Resíduos e Conservação da Natureza, ocupando a 27.ª e 25.ª posições, respetivamente, do **Índice de Transição Verde (Green Transition Index)**. Este é o primeiro estudo de Índice de Transição Verde, realizado pela consultora Oliver Wyman, e analisa o desempenho dos 29 países europeus em matéria de sustentabilidade com base em sete categorias-chave, que representam as principais fontes de emissões na economia do continente.

Na categoria de Gestão de Resíduos, o Índice coloca Portugal nas piores posições do ranking, com resultados negativos nos três indicadores: 27.º em termos de resíduos gerados per capita: 0.51 ton (22% acima da média); 26.º em termos de taxa de circularidade: 2% vs >20% em países líderes, como Holanda, Bélgica, França e Itália; 26.º em termos de resíduos depositados em aterros per capita: 263kg em 2020 (81% superior à média, <10kg em países líder).

Já relativamente à Conservação da Natureza, o desempenho de Portugal é semelhante ao dos restantes países do Sul da Europa, com uma “performance excepcionalmente baixa no indicador de áreas marinhas e terrestres protegidas”, ocupando o “último lugar com apenas 3% de áreas terrestres e marinhas protegidas em percentagem da área total do país, sendo a média europeia de 17%”.

Portugal ocupa a segunda posição em dimensão de projetos de hidrogénio verde em relação ao PIB

Por seu turno, este Índice de Transição Verde coloca o nosso país na posição 18 em 29, com uma pontuação de 48,0 em 100, quatro lugares atrás de Espanha. Apesar de ser evidente que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a sustentabilidade total, Portugal destaca-se positivamente nas categorias de Edifícios e de Energia, nas quais surge em segundo e quinto lugar, respetivamente.

Segundo o Índice, Portugal encontra-se no topo da lista da categoria de Edifícios, juntamente com os Países Bálticos e a Europa Oriental, destacando-se pela utilização de energias renováveis para aquecimento doméstico (segunda posição, com 57%), e pelo consumo de eletricidade per capita (oitava posição, com 0.11 toe/capita vs 0.16 média). Portugal contraria, assim, a tendência dos países ocidentais nesta categoria, que têm um “fraco desempenho nas energias renováveis”, dependendo fortemente dos combustíveis fósseis no aquecimento residencial. O Índice refere ainda que, relativamente ao número de projetos de edifícios construídos com certificações de construção sustentável (Leed, Breeam, HQE, DGNB), Portugal ocupa a décima nona posição.

No que diz respeito à Energia, o peso das energias renováveis na produção de eletricidade é também determinante para a boa classificação de Portugal,

assim como a dimensão de projetos em tecnologias de transição energética, em relação ao PIB – Produto Interno Bruto. total. De facto, Portugal ocupa a segunda posição em dimensão de projetos de hidrogénio verde em relação ao PIB (cinco vezes a média dos países europeus em 2021), a quinta posição em capacidade dos projetos de armazenamento relacionados com baterias – contudo longe da Alemanha, país líder com quatro vezes mais capacidade – e décimo lugar no ranking de peso das energias renováveis e biocombustíveis na produção de eletricidade (60% vs 45% média em 2020). Portugal não tem, no entanto, e ao contrário de 50% dos países europeus, projetos CCS (Captura e Armazenamento de Carbono).

Europa a ritmos diferentes rumo a`sustentabilidade ambiental

O Índice de Transição Verde da Oliver Wyman revela uma clara vantagem dos Países Baixos relativamente ao resto da Europa em termos de progresso nas áreas da sustentabilidade e da redução de emissões. Na qualidade de melhor desempenho do continente, a Holanda lidera a classificação com uma pontuação agregada de 57,4 em 100, e destaca-se em todas as categorias, sendo as pontuações particularmente fortes no domínio da gestão de resíduos, graças aos seus esforços na implementação da reciclagem e a`sua quota per capita de resíduos destinados a aterro.

“Dadas as enormes necessidades de capital, parece plausível que os países mais ricos estejam mais avançados em termos de sustentabilidade ambiental. E de facto, quando se analisa a relação entre a riqueza de um país, medida pelo PIB per capita, e o seu desempenho no Índice de Transição Verde (GTI), a conclusão é clara: os países mais ricos, com os meios financeiros para investir na transição, tendem a ter uma pontuação mais alta do que os países com um desempenho económico mais baixo”, refere Pepa Chiarri, diretora da Oliver Wyman para o Clima e Sustentabilidade. Ainda assim, a responsável aponta exceções: “Há países ricos que têm pior desempenho, como a Noruega, Irlanda ou Luxemburgo; e há países que têm melhor desempenho em relação ao seu PIB per capita, como a Estónia, Itália e Eslovénia”.

Ao analisar os resultados do Índice numa perspetiva regional, os países escandinavos são os que têm melhor desempenho, seguidos pela Europa Ocidental, os Estados Bálticos, a Europa Oriental e a Europa do Sul. A este respeito, existem grandes diferenças no nível de progresso entre regiões, e mesmo entre países dentro de uma região. Assim, enquanto a região da Escandinávia lidera fortemente nas áreas de Economia e Conservação da Natureza e a região da Europa Ocidental nas categorias de Indústria Transformadora e Gestão de Resíduos, a região do Sul da Europa não se destaca em nenhum dos segmentos, sendo a Itália o único representante no top 10 da classificação geral.

Prejudicada especialmente pelo fraco desempenho da Grécia e do Chipre, a região Sul da Europa, de acordo com o Índice, precisa de melhorar em particular nas categorias de Conservação da Natureza – onde os seus países estão posicionados em cinco dos sete mais baixos – e Gestão de Resíduos, principalmente devido a fatores como a má utilização da água, a elevada exposição da população urbana aos poluentes atmosféricos e a baixa proporção de terras marinhas e terrestres protegidas como percentagem da área terrestre

total do país.

Europa longe de limitar o aquecimento global a 1,5°C

Para ajudar os países a avaliar os seus progressos no caminho para a sustentabilidade e para a redução das emissões, o Índice de Transição Verde da Oliver Wyman traça um panorama desigual dentro do continente europeu, o qual, ainda que lidere a corrida global para a sustentabilidade, está muito longe do objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C até ao final do século. De facto, como revelou um estudo recente da Oliver Wyman e CDP (Carbon Disclosure Project), “84% das empresas europeias ainda não estabeleceram um objetivo de base científica (Science Based Targets initiative) para alcançar esta limitação do aquecimento global” e “77% ainda não estabeleceram qualquer SBTi”.

Este cenário agrava-se com a invasão russa na Ucrânia, que coloca em risco o sistema energético europeu: dada a perda de fornecimento de grande parte do gás e petróleo russos, a Comissão Europeia antecipa o “aumento do consumo de carvão em 5% na próxima década e já está a estudar o recurso a outras fontes de energia mais poluidoras, como a nuclear ou o Gás Natural Liquefeito (GNL)”.

Nesse contexto, o Índice recomenda a implementação de políticas públicas concretas focadas na sustentabilidade e consciência ambiental dos consumidores, que pressionem as indústrias a dar um passo em frente para reduzir as emissões, constitui o principal motor que impulsionará o continente europeu rumo à consolidação de economias e sociedades mais verdes.

“Embora no curto prazo se preveja um cenário complexo devido ao aumento dos preços da energia e da inflação, é importante e absolutamente necessário acelerar o caminho da descarbonização através do recurso às energias renováveis e de uma maior independência em termos de energia – tanto em relação a terceiros como aos combustíveis fósseis”, aponta Sofia Cruz, consultora da Oliver Wyman.